

13 JAN 1994

Jornal de Brasília

Construtora é suspeita de irregularidade

Com base em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) a CPI do Orçamento constatou que a Construtora Argon, do deputado distrital Tadeu Roriz (PP), primo do governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (PP), fez parte de um grupo de empreiteiras responsável pelo superfaturamento de obras de expansão na Penitenciária da Papuda, financiadas com recursos federais.

A auditoria do TCU nas obras da Papuda, obtida pela Agência Estado, envolve dez empreiteiras no grupo montado para que a concorrência de construção do setor "C" da penitenciária fosse vencida pela empreiteira OAS, com um preço superfaturado em 60% a 100%. Além da Argon, pertencente a Tadeu Roriz, que já foi vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal com o apoio do primo governador, participaram do acordo as empreiteiras Via Engenharia, Sergen, Serveng-Civilsan, Norberto Odebrecht, Ecocil, Estacon, Andrade Gutierrez e M. Martins.

Vários indícios foram coletados pelos auditores do TCU para a conclusão de que "houve, forçosamente, acordo entre as empresas durante a elaboração das propostas". Dos 10 participantes da licitação, cinco tiveram suas cópias do edital e anexos retirados pela mesma pessoa. Sete das nove concorrentes perdedoras apresentaram propostas com preços que obedeciam uma variação constante em relação aos preços oferecidos pela OAS.

Resposta — O engenheiro Nathaniel Pelegrino, da Secretaria de Segurança Pública de Brasília, negou ontem as acusações de membros da CPI do Orçamento de que houve superfaturamento nas obras de expansão da Penitenciária da Papuda. Segundo o engenheiro, ao comparar os custos de uma obra residencial com a que está sendo feita na penitenciária, os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) podem ter induzido os parlamentares a levantar suspeitas. "Numa penitenciária, os custos de uma parede de um presídio de segurança máxima, à base de concreto armado, são de 3,5 a 2 vezes superiores a de um apartamento comum", afirmou.

Pelegrino explicou ainda que o prazo para concluir a expansão da penitenciária era de 30 meses, mas até agora apenas 9% dos recursos federais foram repassados. Tudo o que foi edificado corresponde a esse valor e, além disso, a obra passou por uma fiscalização da Secretaria de Controle Interno no Ministério da Justiça. Admitiu, no entanto, que a carta de garantia apresentada pela OAS é falha porque a fiadora é uma empresa da qual ela própria é acionista majoritária. Mas garantiu que a empresa está providenciando um novo fiador, que deve ser apresentado ainda esta semana. "Desta vez, estamos exigindo uma carta de garantia bancária para que não haja dúvidas", disse. Pelegrino estranhou também que o relatório do TCU já esteja circulando pela CPI, pois ainda falta ser aprovado pelo plenário do tribunal.